TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TRIBUNAL DE CONTAS — FRANQUIA — COMPETÊNCIA

— Contratos de franquia comercial sobre Correios é matéria de direito privado que não cabe no controle do Tribunal de Contas.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Proc. 2045/97

GRUPO II — CLASSE IV — PLENÁRIO.

TCs 002.045/97-4 (apenso: TC — 001.919/98-9), 550.026/97-5 575.138/98-0, 450.043/97-5

NATUREZA: Tomadas de Contas Especiais.

ENTIDADE: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos-ECT.

RESPONSÁVEIS: Josias de Siqueira e outros.

Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra dirigentes de Agências de Correios Franqueadas, em decorrência de irregularidades na execução de contrato de franquia. Ausência de competência do Tribunal para exame da matéria ante a natureza privada dos contratos de franquia empresarial e a inexistência de indícios de atos irregulares praticados por agente público. Arquivamento por ausência de pressuposto de constituição e regular prosseguimento, Determinação à ECT para que dê prossecução às medidas necessárias ao ressarcimento dos danos havidos.

RELATÓRIO

Trata-se de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra os responsáveis adiante identificados, dirigentes de Agências de Correios Franqueadas ACF, em decorrência

de irregularidades observadas na execução de contratos de franquia empresarial referentes à prestação de serviços postais.

Em todos os processos o controle interno propõe a rejeição das contas.

TC-002.045/97-4

Responsáveis: Josias de Siqueira e Maria Rodrigues Torres, sócios da empresa Roma Postal Ltda. (ACF Formosinha), em Formosa/GO.

Ocorrência: Não-recolhimento aos cofres da ECT de R\$ 4.263,17 (quatro mil duzentos e sessenta e três reais e dezessete centavos), concernentes a saldo apurado em prestações de contas relativas a contrato de franquia empresarial.

Parecer da 9ª Secex: Pela irregularidade das contas, parcelando-se o débito ante a solicitação do responsável.

Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (ouvido nesta fase por solicitação deste Relator): Pelo arquivamento dos autos, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, ante a superveniência do entendimento de que o Tribunal carece de competência para o exame da matéria (Acórdão nº 59/98-TCU-Plenário-Ata 15/98).

Processo apenso (TC-001.919/98-9): Ofício remetido pelo Delegado de Polícia Federal Renan Marçal Rodrigues, pelo qual solicita desta Corte informar-lhe se o responsável Josias de Siqueira encaminhou a esta Corte pro-

posta de parcelamento de seu débito para com a ECT.

TC-550.026/97-5

Responsáveis: Christina Helena Barros e Heinrich Barth, sócios da empresa Pombo Correio Franquia Empresarial Ltda. (ACF Mandacaru) em Maringá/PR.

Ocorrência: Não-recolhimento aos cofres da ECT de R\$ 24.711,80 (vinte e quatro mil, setecentos e onze reais e oitenta centavos), concernentes a saldo apurado em prestações de contas relativas a contrato de franquia empresarial.

Parecer da Secex/PR: Pela citação dos responsáveis.

Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (ouvido nesta fase por solicitação deste Relator): Pelo arquivamento dos autos, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, ante a superveniência do entendimento de que o Tribunal carece de competência para o exame da matéria (Acórdão nº 59/98-TCU-Plenário-Ata 15/98).

TC-575.138/98-0

Responsáveis: Fong Chong Ri e Vivian de Castro Hinterhoff, sócios da empresa Lefong Comércio e Representações Ltda. ME. (ACF Cruz Vermelha), no Rio de Janeiro/RJ.

Ocorrência: Não-recolhimento aos cofres da ECT de R\$ 168.988,73 (cento e sessenta e oito mil, novecentos e oitenta oito reais e setenta e três centavos), concernentes a saldo apurado em prestações de contas relativas a contrato de franquia empresarial.

Parecer da Secex/RJ: Pela citação dos responsáveis.

Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal (ouvido nesta fase por solicitação deste Relator): Pelo arquivamento dos autos, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, ante o entendimento, acolhido pelo Plenário, de que o Tribunal carece de competência para o exame da matéria (Acórdão nº 59/98-TCU-Plenário-Ata 15/98).

TC-450.043/97-5

Responsáveis: Fernando da Cunha Carvalho, sócio da empresa Postel — Prestadora de Serviços e Comércio Ltda. (ACF Sacramento), em Belém/PA.

Ocorrência: Não-recolhimento aos cofres da ECT de Cr\$ 2.081.899,19 (dois milhões, oitenta e um mil, oitocentos e noventa e nove cruzeiros reais e dezenove centavos), concernentes a saldo apurado em prestações de contas relativas a contrato de franquia empresarial.

Parecer da Secex/PA: Pela irregularidade das contas.

Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal: Pelo arquivamento dos autos, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, ante o entendimento, acolhido pelo Plenário, de que o Tribunal carece de competência para o exame da matéria (Acórdão nº 59/98-TCU-Plenário-Ata 15/98), e por que seja à ECT o prosseguimento das ações necessárias ao ressarcimento do dano sofrido. É o Relatório.

VOTO

As contas sob exame foram tomadas anteriormente à fixação pelo Tribunal do entendimento segundo o qual, dada a natureza dos contratos de franquia da ECT esta Corte de Contas não é competente para apreciar a matéria de que tratam os presentes autos, considerando que o simples descumprimento de cláusula legitimamente estabelecida em contrato regido exclusivamente pelas normas do Direito Privado não configura hipótese para instauração de TCE, desde que ausentes indícios de irregularidade praticada por agente público (Acórdão nº 59/98-TCU-Plenário, Sessão de 29/04/1998 — Ata nº 15/98).

Isto posto, e uma vez que não há nos autos indício de prática irregular cometida por agente público, tenho que os presentes processos carecem de pressuposto de constituição e regular prosseguimento, razão pela qual entendo pertinente seu arquivamento, sem prejuízo de que seja determinado à ECT que dê regular prossecução às medidas necessárias ao ressarcimento dos danos sofridos pela empresa em decorrência dos fatos a que se referem os processos em epígrafe.

Quanto à solicitação formulada no TC-001.919/98-9, poderá ser satisfatoriamente atendida mediante comunicação ao solicitante de que os responsáveis formularam ao Tribu-

nal proposta de parcelamento de seu débito para com a ECT em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais; com juros de 1% (um por cento) ao mês, a qual não chegou a ser apreciada no âmbito desta Corte. Entendo igualmente cabível a remessa da Decisão ora adotada no TC 002.045/97-4 ao Delegado de Polícia interessado.

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal adote as Decisões que ora submeto à deliberação deste Plenário.

Sala das Sessões, 2 de junho de 1999

BENTO JOSÉ BUGARIN, Ministro-Relator

PARECER

Cuidam os autos de tomada de contas especial instaurada contra o Sr. Josias de Siqueira e a Sra. Maria Rodrigues Tomes, solidariamente, sócios-gerentes da empresa Roma Postal Ltda., titular da Agência de Correio Franqueada Formosinha, em Formosa/GO, em virtude de irregularidades na prestação de contas de suas operações junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT relativa ao encerramento do contrato, de franquia.

Oficiando nos autos, a I. Procuradora Dra. Maria Alzira Ferreira (fl. 151) manifestou-se no sentido de rejeição das alegações de defesa apresentadas pelos responsáveis, autorizando-se, contudo, o parcelamento do débito requerido.

Advindo o Acórdão nº 059/98 — Plenário (Ata nº 15/98) e o Acórdão nº 193/98 — 2ª Câmara (Ata nº 16/98), onde o Tribunal manifestou o entendimento de que as obrigações assumidas em decorrência de contrato de franquia empresarial regem-se exclusivamente pelas normas de direito privado, o Exmo. Sr. Ministro-Relator Bento José Bugarin solicitou (fl. 160) um novo pronunciamento deste Ministério Público à vista das novéis decisões.

Considerando que reiteradamente o Tribunal tem firmado entendimento de que a relação contratual estabelecida entre a ECT e suas franqueadas é de natureza eminentemente privadas, importando dizer que os prejuízos advindos de cláusulas estabelecidas nesses con-

tratos refogem à competência desta Corte, como decidido nos julgados acima referidos e, mais recentemente, Decisão nº 812/98 — Plenário, Ata nº 47/98, desde que não tenha havido ato ilícito decorrente de ação ou omissão de agente público, entendemos que também no presente caso devam os autos ser arquivados, nos termos do artigo 163 do RI/TCU, por ausência de pressuposto de constituição, sem prejuízo de se determinar à ECT que se dê prosseguimento às medidas necessárias ao ressarcimento dos prejuízos sofridos.

Outrossim, tendo em vista o contido nos Ofícios nº 236/98-CART/SR/DPF/DF (fl. 159), 795/98-CART/SR/DPF/DF (fl. 01 do processo apenso) é 1167/98-CART/DPF/DF (acostado ao processo apenso), todos remetidos pelo Sr. Renan Marçal Rodrigues, Delegado de Polícia Federal, solicitando informações quanto a possível pedido de parcelamento formulado pelo Sr. Josias de Siqueira, opinamos, independentemente de manifestação da Unidade Técnica, pela resposta afirmativa à indagação, fornecendo-lhe, também, cópia da Decisão que vier a ser proferida.

Ministério Público; em 11 de dezembro de 1998

MARINUS EDUARDO DE VRIES MAR-SICO, Procurador

DECISÃO Nº 302/99 — TCU — Plenário

1. Processo nº 002.045/97-4 (apenso: TC-001.919/98-9)
2. Classe de Assunto: IV — Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Josias de Siqueira e Maria Rodrigues Torres.
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos — ECT
5. Relator: Ministro Bento José Bugarin.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Mar-sico.
7. Unidade Técnica: 9ª Secex.
8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:
 - 8.1. remeter cópia da presente Decisão ao

Delegado de Polícia Federal Renan Marçal Rodrigues, comunicando-lhe, na ocasião, que os responsáveis arrolados no TC 002.045/97-4 formularam ao Tribunal proposta de parcelamento de seu débito para com a ECT em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, com juros de 1% (um por cento) ao mês, que não chegou a ser apreciada no âmbito desta Corte;

8.2. determinar o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 163 do Regimento Interno, por ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular;

8.3. determinar à ECT que dê regular prossecução às medidas necessárias ao ressarci-

mento dos danos sofridos pela Empresa em decorrência dos fatos a que se refere o presente processo.

9. Ata nº 21/99 — Plenário.

10. Data da Sessão: 02/06/1999 — Ordinária.

11. Especificação do *quorum*:

11.1. Ministros presentes: Iram Saraiva (Presidente), Adhemar Paladini Ghisi, Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça, Homero Santos, Humberto Guimarães Souto, Bento José Bugarin (Relator), Adylson Motta, Walton Alencar Rodrigues e o Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha.

IRAM SARAIVA, Presidente